Bolsas
Na quinta-feira
0,44% São Paulo
0% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
139.187 — 137.272
19/5 20/5 21/5 22/5

Dólar
Na quinta-feira
R$ 5.661
(+ 0,33%)

Últimos	
16/maio	5,669
19/maio	5,655
20/maio	5,669
21/maio	5,642

Salário mínimo
R$ 1.518

Euro
Comercial, venda na quinta-feira
R$ 6.386

CDI
Ao ano
14,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,67%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Dezembro/2024	0,52
Janeiro/2025	0,16
Fevereiro/2025	1,31
Março/2025	0,56
Abril/2025	0,43

ESCÂNDALO DO INSS

30 dias sem respostas sobre a devolução

Um mês após a deflagração da operação Sem Desconto, aposentados roubados ainda não sabem como e quando serão ressarcidos

» MAIARA MARINHO
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» VICTOR CORREIA
» FERNANDA STRICKLAND

Trinta dias após a deflagração da Operação Sem Desconto, conduzida pela Polícia Federal (PF) e Controladoria-Geral da União (CGU), o escândalo envolvendo o desconto indevido de mensalidades de aposentados e pensionistas do INSS por associações continua cercado de dúvidas, lentidão e carência de respostas efetivas por parte do governo federal, especialmente em relação ao ressarcimento das vítimas do golpe bilionário.

O caso ganhou proporção nacional no dia 23 de abril, quando a operação revelou que entidades associativas cobraram, sem autorização, valores mensais de beneficiários da Previdência. Até ontem, cerca de 1,9 milhão de acessos foram registrados nas plataformas digitais do INSS para checar a existência de descontos. Apenas 2,1% dos segurados disseram ter autorizado formalmente as cobranças.

Até o momento não foi apresentado qualquer plano oficial de restituição dos valores descontados. A primeira fase da apuração, segundo o governo, é a consolidação de dados, para então iniciar a verificação de quem realmente foi prejudicado.

Investigação

No total, 41 entidades estão sob investigação, mas apenas 12 delas tiveram bens bloqueados — no valor total de R$ 2,56 bilhões — por decisão da AGU. Essas entidades também são alvo de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) junto ao INSS. o lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como o Careca do INSS, é investigado como principal articulador da fraude. A AGU afirma que todas as organizações citadas serão investigadas, porém o processo será feito por etapas, com critérios ainda não divulgados.

A condução política do caso tem gerado desgaste ao governo Lula. O presidente do INSS à época, Alessandro Stefanutto, foi exonerado no mesmo dia da operação, mas a primeira fala pública do presidente Luiz Inácio Lula da Silva só ocorreu oito dias depois, em 1º de maio, em rede nacional. Já o então ministro da Previdência, Carlos Lupi, caiu após pressão da oposição e declarações consideradas insensíveis.

O Congresso reagiu com força. Um pedido de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o caso foi protocolado com apoio de 36 senadores e 223 deputados — 51% deles da própria base governista. O Planalto tentou barrar o avanço das assinaturas, sem sucesso e, agora, quer ocupar os principais postos do colegiado e neutralizar a oposição.

Sem explicação

Enquanto os bastidores políticos fervem, milhões de aposentados aguardam explicações e soluções. José Alberto Rodrigues, de 70 anos, aposentado e morador de Goiânia, descobriu recentemente que mais de R$ 80 eram descontados mensalmente de seu benefício para uma associação que ele desconhecia. "Eu tenho certeza de que não autorizei nada. Nunca fui de sindicato ou associação", relatou. Ele tentou acessar o extrato detalhado de sua aposentadoria pelo aplicativo Meu INSS, mas não conseguiu identificar o início dos descontos. "Eu, sinceramente, não consegui. Não consigo identificar desde quando parte da minha aposentadoria é doada irregularmente", lamentou.

Questão antiga

Para o advogado Raymundo Nonato Filho, presidente da Associação Brasileira de Defesa dos Clientes de Operações Financeiras e Bancárias (Abradeb), o problema não é recente. "Pegamos esses casos nos últimos 10 anos. Estamos falando de 10 milhões de brasileiros atingidos", estimou. Segundo Nonato, o rombo pode chegar a R$ 9 bilhões, considerando o período entre 2015 e 2024.

A preocupação do Executivo é que a CPMI acabe politizando a investigação e atrasando os pagamentos. Para milhões de brasileiros como José Alberto Rodrigues, no entanto, a preocupação é mais simples e urgente: recuperar o que foi indevidamente tirado. "Espero que eles paguem. A gente só quer o que é nosso."

Radiografia da fraude

O QUE FOI FEITO EM UM MÊS

23 DE ABRIL
A Operação Sem Desconto foi deflagrada pela PF e pela CGU. A estimativa é de que R$ 6,3 bilhões foram desviados.

8 DE MAIO
A AGU anunciou o bloqueio de bens e imóveis, avaliados em R$ 2,3 bilhões, de 12 entidades associativas.

9 DE MAIO
Bloqueio de bens de 14 investigados pela fraude, chegando ao bloqueio de R$ 23,8 milhões.

9 DE MAIO
O INSS anunciou a restituição de um total de R$ 292,7 milhões descontados em abril pelas associações entre 26 de maio e 6 de junho.

13 DE MAIO
Pelo aplicativo Meu INSS, o governo notificou os beneficiários de que os valores foram descontados.

14 DE MAIO
O INSS disponibilizou no aplicativo Meu INSS abas para que beneficiários informem se autorizaram ou não o desconto.

20 DE MAIO
PF apreendeu 5 carros de luxo do "Careca do INSS".

22 DE MAIO
O Ministério da Previdência e o INSS anunciaram a parceria com agências dos Correios para atendimento presencial dos segurados.

Fonte: Relatório de avaliação da CGU

DESCONTOS ASSOCIATIVOS POR ANO

Ano	Valor Em R$	Número de entidades
2016	413,2 milhões	15
2017	460,4 milhões	22
2018	617,4 milhões	20
2019	604,6 milhões	21
2020	510,9 milhões	19
2021	536,3 milhões	15
2022	706,2 milhões	22
2023	1,2 bilhão	27
2024	2,6 bilhões	33

ENTIDADES COM MEDIDA CAUTELAR INTERPOSTA PELA AGU
VALORES ARRECADADOS POR DESCONTO ASSOCIATIVO EM 2024
(Em milhões R$)

AAPB	64,6
AAPPS Universo	81,7
AMBEC	231,3
CBPA	132,8
UNASPUB	141,5
AAPEN	178,6
ASBRAPI	não informado
ASABASP	não informado
APBRASIL	37,5
CEBAP	131,6
APDAP PREV	76,8
CAAP	127,9

ENTIDADES COM MEDIDA CAUTELAR INTERPOSTA PELA AGU
PEDIDO DE EXCLUSÃO DE DESCONTO ASSOCIATIVO FEITO NO 1º TRIMESTRE DE 2024
(Por número de pedidos)

AAPB	180.452
AAPPS Universo	276.842
AMBEC	569.426
CBPA	445.814
UNASPUB	213.177
AAPEN	não informado
ASBRAPI	não informado
ASABASP	12.767
APBRASIL	80.847
CEBAP	192.235
APDAP PREV	não informado
CAAP	265.412

Valdo Virgo/CB/D.A Press

Parceria com Correios

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estima que o reembolso a aposentados e pensionistas vítimas de descontos irregulares em seus benefícios pode ultrapassar R$ 1 bilhão. O cálculo considera o total de 1,8 milhão de segurados que contestaram cobranças indevidas na folha de pagamento, conforme anunciou, ontem, o presidente do INSS, Gilberto Waller.

"Se todos que declararam não reconhecerem os descontos estiverem certos, o teto do reembolso seria de pouco mais de R$ 1 bilhão", afirmou Waller. Ele informou ainda que, até o momento, três entidades reconheceram não ter documentos que comprovem autorização dos segurados e emitiram guias de devolução, com pagamento previsto para os próximos 15 dias.

Para agilizar o atendimento às vítimas e desafogar as agências do INSS, o governo federal anunciou uma parceria inédita com os Correios. A partir do dia 30 de maio, 4.730 agências em todo o país estarão aptas a receber aposentados e pensionistas que desejam verificar ou contestar descontos suspeitos.

Reforço

A parceria com os Correios para ampliar o atendimento busca oferecer um suporte mais acessível e próximo da população. Segundo o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, a escolha dos Correios se deve à capilaridade da estatal e à disponibilidade de estrutura em regiões onde o INSS enfrenta gargalos logísticos. "O atendimento presencial é para quem quer olhar no olho, quer acolhimento, explicação passo a passo. É mais um canal para garantir que ninguém fique sem resposta", declarou Queiroz.

Cerca de 20 mil atendentes dos Correios passarão por treinamento a partir de segunda-feira (26), com o objetivo de orientar os beneficiários sobre como identificar descontos irregulares, contestá-los e solicitar ressarcimento. O processo será feito sem necessidade de agendamento prévio.

Na agência, o cidadão poderá verificar se sofreu descontos indevidos, identificar a associação responsável, contestar a cobrança e solicitar o reembolso. A entidade suspeita terá 15 dias úteis para apresentar documentação que comprove autorização do segurado. Após esse prazo, o aposentado deverá retornar à agência para confirmar ou rejeitar os documentos apresentados.

O aumento expressivo de queixas sobre descontos indevidos levou o INSS a reforçar sua atuação em três frentes: responsabilização dos envolvidos, acolhimento dos aposentados e reconstrução da credibilidade da Previdência Social. **(FS)**

> **Espero que eles paguem. A gente só quer o que é nosso"**
>
> ***José Alberto Rodrigues,***
> *aposentado que não autorizou os descontos*

Alcolumbre adia CPMI

» EDUARDA ESPOSITO

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP) adiou a sessão conjunta, inicialmente marcada para 27 de maio, para 17 de junho. Ele informou que a sessão foi adiada mediante a falta de acordo sobre os 60 vetos presidenciais que estão pendentes de análise pelos congressistas. A decisão foi tomada em reunião de líderes, ontem, na Residência Oficial da presidência do Senado.

Dessa forma, o governo ganhou mais um tempo para se preparar para a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), cujo pedido foi protocolado pela senadora Damares Alves (DF), já que ela só pode ter início a partir de uma sessão conjunta.

"A CPMI já tem as assinaturas necessárias recolhidas, cerca de 240 deputados e deputadas e cerca de 43 senadores, onde alcançou naturalmente o número mínimo. Mas há alguns questionamentos técnicos a partir do termo da redação, mas não cabe a mim fazer juízo de valor sobre isso. O que cabe ao presidente do Senado Federal numa sessão do Congresso é única e exclusivamente cumprir as regras e o regimento do Senado, da Câmara e, por que não dizer, do Congresso Nacional", afirmou Alcolumbre ao anunciar o adiamento da sessão.

Ele alegou que pediu que os acordos fossem firmados há quase um mês e que, como não houve reunião, seria inviável convocar uma sessão apenas para a leitura da CPMI do INSS. Os governistas tentaram uma data ainda mais distante, 24 de junho, mas o presidente da Casa lembrou que a data celebra o Dia da São João, quando os parlamentares voltam vão ás festas em suas bases. "Impreterivelmente nós vamos ter uma sessão do Congresso Nacional para deliberarmos tudo que tiver que deliberar, sejam vetos acordados ou não, sejam vetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias acordados ou não, e seja o requerimento da CPMI, prometeu Alcolumbre.